

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**O PAPEL DO PEDAGOGO NO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO
INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZADO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

Monografia apresentada à Universidade
Federal do Paraná, como requisito para a
obtenção do título de Especialista em
Organização do Trabalho Pedagógico.

Orientadora: Andréa do Rocio Caldas

CURITIBA

2009

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários do Centro Municipal de Atendimento Especializado – CMAIE Alex Figueiredo do município de Piraquara, e professores que atuaram em 2008 nos programas da Educação Especial, e ainda atuam com esta modalidade de ensino, que auxiliaram na construção desta pesquisa e acreditam que é possível ofertar um ensino de qualidade para nossos alunos especiais, e que estes não importam a sua deficiência, tem a capacidade para aprender!

Muito Obrigada!

“É porque podemos transformar o mundo, que estamos com ele e com outros. Não teríamos ultrapassado o nível de pura adaptação ao mundo se não tivéssemos alcançado a possibilidade de, pensando a própria adaptação, nos servir dela para programar a transformação.”
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho estuda o papel do pedagogo do Centro Municipal de Atendimento Interdisciplinar Especializado – CMAIE do município de Piraquara - PR na relação com as escolas, entendendo que ele é o responsável em mediar o trabalho das especialistas que atendem alunos incluídos e/ou com dificuldades acentuadas de aprendizagem no CMAIE. O pedagogo que realiza este trabalho, enquanto um dos elementos da gestão da Secretaria Municipal de Educação (SMED) tem também a função de articular o trabalho pedagógico no interior da escola. Este estudo toma como pressuposto que a escola pública tem como função contribuir para a emancipação das camadas populares e que as políticas de inclusão devem estar inseridas nesta perspectiva. Compreende-se ainda que o pedagogo é um profissional essencial para garantir um ensino de qualidade no interior da escola. Para analisar a forma como seu trabalho vem sendo exercido no CMAIE a pesquisa analisa as questões levantadas pelas professoras dos programas da educação especial, especialistas que atendem os alunos no CMAIE e Coordenadoras pedagógicas das escolas. O estudo aponta para a importância desta mediação no interior das instituições de ensino, como elemento norteador de um ensino de qualidade para os alunos incluídos e/ou com dificuldades acentuadas de aprendizagem.

Palavras-chave: ensino de qualidade, atendimento especializado, pedagogo, alunos incluídos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 O CONTEXTO ESCOLAR	10
2.1 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	10
2.2 PAPEL DO PROFESSOR.....	14
2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DA AVALIAÇÃO.....	17
2.4 O PAPEL DO PEDAGOGO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.....	19
3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA/PR	22
3.1 PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	24
3.1.1 INCLUSÃO.....	25
3.1.2 SALA DE RECURSOS.....	26
3.1.3 CLASSE ESPECIAL.....	26
3.1.4 ESCOLA ESPECIAL.....	27
3.1.5 CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZADO – CMAIE.....	27
4 O PAPEL DO PEDAGOGO NO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZADO (CMAIE)	29
4.1 O CAMPO DE PESQUISA: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6 REFERÊNCIAS	39
ANEXOS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A concepção de educação que norteia este trabalho foi incorporada na minha prática profissional a partir de leituras realizadas nestes últimos dez anos, durante a graduação de pedagogia na UFPR, nas formações continuadas realizadas como professora no município de Piraquara e finalmente como integrante do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Piraquara.

Entendendo que vivemos em uma sociedade desigual, seletiva e excludente e que a maioria das políticas públicas que vem sendo implantadas na educação serve apenas para reforçar tal modelo, torna-se necessário trabalhar para romper as linhas conservadoras de educação, mundo e sociedade.

Nesta direção considero que a concepção da pedagogia histórico-crítica apresenta um importante referencial para o trabalho com as classes populares, a partir do propósito de garantir formação integral aos sujeitos, tornando-os críticos e capazes de interferir na realidade, através de um ensino de qualidade que promova a socialização do conhecimento científico.

Assim como afirma Saviani, a pedagogia histórico-crítica aponta como tarefa da educação escolar “o provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção bem como as tendências de sua transformação” (1992, p.14).

Durante a minha trajetória profissional, tenho percebido que a função da escola não está bem definida no seu interior, há muitos alunos excluídos do contexto escolar por apresentarem dificuldades de aprendizagem, e a culpa do seu insucesso escolar recai sobre o próprio aluno ou seu professor.

Há que se considerar, entretanto que há uma organização que sustenta este ensino. Nesta estrutura, a equipe gestora da escola é responsável também pelo processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho pretende analisar o papel da coordenação pedagógica na construção do processo ensino-aprendizagem compreendendo que uma das funções é trabalhar para que este ensino ocorra de forma efetiva e com qualidade.

Vasconcelos (2002, p.70), discute sobre a complexidade do trabalho do professor, e a partir desta constatação, percebe a necessidade de repartir a responsabilidade do seu trabalho com outros profissionais, que seria a função da coordenadora pedagógica, a qual deve trabalhar junto aos professores para melhor capacitá-los.

O ideal para desenvolver esta função nas escolas seria segundo Vasconcelos, a figura do intelectual orgânico, “aquele que está atento à realidade, que é competente para realizar os temas geradores (questões, contradições, necessidades) do grupo, organizá-los e devolver como um desafio para o coletivo, ajudando na tomada de consciência e na busca conjunta de formas de enfrentamento.” (2002, p.70)

Assim, a função do pedagogo deve estar atrelada à relação entre teoria e prática, para então orientar as reflexões sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola parte-se do pressuposto de que a filosofia da educação norteia a formação do educador, mediando as reflexões sobre os problemas da realidade educacional, por isso deve ser profunda, rigorosa e global. Dessa forma, a ação pedagógica terá mais significado, maior coerência e se voltará para a formação humana.

Esta pesquisa tem como eixo norteador a verificação da importância do papel do pedagogo no acompanhamento dos programas da Educação Especial nas escolas Municipais de Piraquara, bem como avaliar a sua importância na articulação entre as escolas e o CMAIE.

Uns dos fatores que levaram a efetivar tal pesquisa foram as dificuldades que os professores que atuam com alunos incluídos e programas da educação especial, sentem em trabalhar com os mesmos, pois há a queixa de que não há orientação na própria escola por parte das Coordenadoras Pedagógicas (estas responsáveis por orientá-las), que por sua vez manifestam não terem formação necessária para tal especificidade. Esses dados foram coletados a partir de conversas informais com as docentes e durante o acompanhamento e orientação realizada nas escolas durante o ano letivo de 2008.

Para a elaboração do presente trabalho de pesquisa, foi utilizada a pesquisa qualitativa como referencial metodológico¹, que é apontada por Menga Lüdke como um instrumento fundamental para explicar e analisar a realidade que está sendo investigada. Enquanto as formas de pesquisas tradicionais não dão conta de explicar a realidade, por acreditar na

¹ Esse texto foi elaborado a partir das anotações da conferência da professora Menga Ludke, sobre as abordagens qualitativas na pesquisa educacional.

neutralidade científica e por analisar muitos fatos a partir de dados numéricos e sem levar em consideração os sujeitos envolvidos no processo de análise, a pesquisa qualitativa baseia-se na construção do conhecimento, considera os atores envolvidos na pesquisa como sujeitos do processo analisado, comprometendo-se com a transformação da realidade e assim apresentando alternativas para a solução de problemas, apresentando também um maior diálogo com a teoria.

Para a pesquisa qualitativa a teoria é de extrema importância, pois cabe a ela o papel de entender e explicar a realidade. Dessa forma o pesquisador deve armar-se de um “arsenal teórico” para ir a campo.

Segundo Menga, para se fazer uma pesquisa qualitativa é necessário que o pesquisador tenha tempo para estudo e que este possa conviver com o seu objeto de pesquisa. Nesta perspectiva a prática é um desafio para o pesquisador e esta ida a campo carece de algumas estratégias para que haja a aceitação deste no local de pesquisa.

O pesquisador não pode representar uma ameaça aos observados, assim como deve demonstrar respeito aos sujeitos que tem interação e contribuição para o processo de pesquisa. Ele tem a obrigação desvelar a realidade que está sendo investigada e levar o conjunto de preceitos teóricos que tem acesso para ajudar no seu local de estudo.

Esse trabalho de pesquisa deve estar permeado pela ética, o material de coleta deve ser de conhecimento dos sujeitos do local estudado e a composição final da pesquisa deve ser legível e fidedigna com o que foi investigado de forma a apontar evidências positivas e negativas do que se aprendeu a partir da pesquisa.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido nas escolas da Rede Municipal de Ensino envolvendo os alunos incluídos e/ou com alguma dificuldade de aprendizagem, a presente pesquisa elencou as seguintes questões, como norteadoras da investigação sobre o papel do pedagogo:

Qual o papel do pedagogo na organização do processo de ensino aprendizagem dos alunos incluídos?

Como deve ser realizada a mediação entre os professores dos alunos incluídos e os especialistas que os atendem no Centro Municipal de Atendimento Interdisciplinar Especializado?

Para responder as questões acima levantadas, foram realizadas três diferentes entrevistas abertas, a primeira foi aplicada para as coordenadoras pedagógicas das escolas, a segunda aplicada para os professores dos programas da educação especial (Sala de Recursos e Classes Especiais) e a última foi respondida pelos especialistas (psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social e psicopedagogo) que realizam atendimento e avaliações no CMAIE.

Assim, esta monografia apresenta as conclusões desta investigação e está organizada em quatro grandes eixos, o primeiro aborda questões relacionadas a concepção de escola que norteiam o presente trabalho, o segundo trata da organização da educação especial no município de Piraquara, o terceiro analisa a função do pedagogo no CMAIE a partir da análise dos dados obtidos na pesquisa e por último, as considerações finais.

2. O CONTEXTO ESCOLAR

2.1 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Numa perspectiva crítica de educação, a função social da escola é trabalhar com os conhecimentos científicos organizados no currículo, e é de sua responsabilidade garantir a todos os que nela estão à aprendizagem efetiva e assim, contribuir para verdadeira democratização da sociedade. Neste sentido, “O currículo é o conjunto dos conteúdos escolares e das práticas formativo-saberes, competências, habilidades, valores, atitudes - trabalhados pela escola e pelos professores de modo explícito ou implícito, por meio de práticas pedagógicas e docentes”. (LIBÂNEO, 2004, p.267).

A educação pública brasileira é alvo de discussões, no que se refere à qualidade de ensino ofertado e aos recursos de que esta dispõe. Indaga-se então qual é a escola que se tem? Está ou não capacitada para cumprir sua principal função, que é ensinar e formar em todos uma segunda natureza, ou seja, a humanização?

Uma escola democrática pretende formar cidadãos críticos e agentes construtores de sua própria história. Portanto, estará voltada aos interesses daqueles que nela estão atendendo suas necessidades e priorizando a diminuição das desigualdades sociais. Para tanto, o currículo deve ser elaborado tomando o cuidado de distinguir o que é essencial e o que é secundário na formação (SAVIANI, 1992, p. 24).

A propósito a escola pública é a única via de acesso dos mais pobres da classe trabalhadora ao saber científico. Este saber que foi produzido historicamente pelos homens através do trabalho deve ser socializado na escola pública, de forma sistemática e com uma intencionalidade transformadora, constituindo-se em currículo clássico e essencial.

A sociedade em que vivemos está fundamentada na ideologia neoliberal, a qual justifica e defende os princípios do capitalismo: propriedade privada; livre concorrência de mercado; não intervenção do estado na economia e nos bens sociais (saúde, educação, transporte, segurança, etc.), transferindo essa responsabilidade à sociedade ou à propriedade privada.

Os reflexos desta política são assustadores. Há um processo maciço de empobrecimento e crescente polarização da sociedade entre ricos e pobres o que gera fome, desemprego, violência, falta de moradia, precário acesso aos bens sociais de direito.

Segundo a Revista Veja (jan. 2002 p. 84-85), no Brasil, há 30 milhões de pessoas vivendo com extrema dificuldade, cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos

de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário. E há 23 milhões de pessoas que vivem em pior situação, na miséria ou indigência, ou seja, não conseguem garantir a mais básica das necessidades: a alimentação. De acordo com a Folha de São Paulo (1995, p. 1-10), cinquenta e uma crianças morrem a cada mil que nascem; uma criança nascida em família pobre tem 3,35 vezes mais chances de morrer antes de atingir um ano de idade do que uma criança nascida em família com melhores condições de vida. Com relação a educação, há 20,2 milhões de analfabetos, com 10 ou mais anos de idade; 4 milhões de crianças estão fora da escola; apenas 34% dos alunos que ingressam no ensino básico conseguem concluí-lo, no geral com um tempo de permanência 50% maior que o período previsto (8 anos). De acordo com o PISA (Sistema de Testes de Rendimento Escolar) (in: VEJA, mar. 2002 p. 20) os alunos brasileiros ao final do Ensino Fundamental mal conseguem decifrar o texto e ter uma idéia geral sobre o que ele está tratando.

Com o propósito de transformar essa situação injusta, desigual e excludente e acreditando que a escola pode ser um dos instrumentos para efetivar tal transformação é preciso fundamentar o trabalho administrativo-pedagógico escolar numa concepção que defenda e trabalhe em função disso.

Numa perspectiva progressista é função social da escola, trabalhar com o conhecimento científico, fornecendo ao aluno um instrumental, por meio da apropriação de conteúdos científicos e da socialização dos mesmos, para uma participação crítica, consciente e ativa na democratização da sociedade. Para isso, não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados; é preciso que se liguem, de forma indissociável, à sua significação humana e social.

A concepção de educação que visa a transformação social e entende a escola como um dos instrumentos viabilizadores, é a Concepção Histórica - Crítica, a qual fundamenta-se nos princípios do Materialismo Histórico-Social Dialético, esta compreende que o homem é um ser natural porque foi criado pela natureza, está submetido a suas leis e depende dela para sobreviver, mas não é reduzido a isto, ele é histórico e social, pois imprime suas marcas na sociedade ao longo dos tempos, desenvolvendo-se e depende dos outros homens para sobreviver, ou seja, é produto das relações sociais que estabelece.

O homem supera intencionalmente os desafios impostos pela natureza, adaptando-a a si e, concomitantemente, criam outros, imprimindo a marca da ação humana em tudo que faz através do trabalho.

O trabalho antes de ser realizado é planejado e projetado pelo homem, é uma atividade consciente e proposital orientada pela capacidade cognitiva dos seres humanos. Como afirma Kuenzer “... a possibilidade de figurar na mente sua construção antes de transformá-la em realidade é que diferencia o trabalho humano do trabalho animal” (1992, p. 11).

Ao trabalhar, o homem transforma a natureza produzindo bens para garantir sua subsistência material, mas além da produção material, o homem produz conhecimentos (idéias, conceitos, símbolos, hábitos, atitudes,...) que passam a determinar seu modo de vida e sua concepção de mundo, é outra dimensão da categoria trabalho, que trata da produção do saber.

Como bem explica Kuenzer:

O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas. Desta forma, o trabalho é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento. O processo de produção do saber, portanto, é social e historicamente determinado, resultado das múltiplas relações sociais que os homens estabelecem na sua prática produtiva. (1988, p. 15)

Na concepção Histórico-Crítica, a educação é um processo, um fato histórico, tanto no sentido que representa a própria história individual de cada ser humano quanto no sentido de estar ligada à história da evolução social. Segundo Pinto “pode-se dizer que é o processo pelo qual o homem adquire sua essência, um fato existencial e construtora de sujeitos, caracterizando-se como um dos instrumentos de liberdade para dar acesso à autonomia dos sujeitos e do sistema educacional como um todo” (1994, p. 30).

Partindo desse pressuposto, podemos caracterizar o homem como um ser social, que se diferencia dos demais animais por produzir sua própria existência nas relações com a natureza e com os demais homens, através do trabalho - material e não material - concebido como uma ação intencional e planejada, necessário à produção de bens materiais e à produção do saber. Mas é necessário perceber, como diz Andery “ nesta sociedade, as relações estabelecidas entre os homens são desiguais, onde alguns vivem do produto do trabalho de outros e onde a produção de conhecimento é desenvolvida por aqueles que não executam o trabalho manual” (1998, p.14). Portanto, quem executa o trabalho manual fica expropriado e alheio aos

instrumentos que lhe proporcionaria a análise de sua situação de dominado, ou seja, apenas reproduzem idéias, valores, símbolos, hábitos e atitudes.

Com o objetivo de acabar com tal desigualdade, é preciso sujeitos críticos e participantes, que atuem na sociedade com o objetivo de torná-la justa e igual. Para isso, a escola, que é uma das instituições que pode contribuir para tal transformação, deve promover a compreensão crítica da realidade social, através da socialização do conhecimento científico.

Isso só será possível se a escola fundamentar sua gestão em princípios democráticos garantindo, dessa forma, o acesso, a permanência e a apropriação do conhecimento por todos; a extinção da evasão, reprovação e repetência; o ensino de qualidade; a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas tomadas de decisões; a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica.

A transmissão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade ocorre de inúmeras formas, resultantes das relações homem-homem e homem-natureza, dentre elas está a escola.

Nesta Concepção a escola tem a função de socializar o conhecimento científico, sendo que para isso é necessário fundamentar o trabalho pedagógico no Método Dialético da Prática Social, o qual tem como ponto de partida e chegada à prática social. O professor desempenha a função de mediador entre o conhecimento do aluno e o conhecimento científico, através de atividades dinâmicas, diversificadas, diferenciadas, desafiadoras, com crescente grau de complexidade e com significação social, que levam o aluno a analisar, refletir, estabelecer relações, argumentar, criticar, avaliar, participar com autonomia e criticidade nas situações de ensino.

Segundo esse pressuposto, o exercício do magistério não pode, em hipótese alguma, ser concebido como dependente de dons naturais, baseados nos princípios espontaneístas e amadorísticos. Quem exerce o magistério tem que ter compromisso com a educação de qualidade, não havendo espaço para improvisos, sem planejamento prévio. Portanto, através do planejamento, aqui entendido como um recurso de organização e condução do trabalho pedagógico, o professor estará contribuindo para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, o planejamento é necessário e não tem a função de restringir a prática pedagógica.

Neste caso, a formação continuada é indispensável, pois é através dela que o professor poderá avaliar sua prática para redimensioná-la. Porém esta formação não será positiva se o professor apenas verificar os entraves (no caso, os problemas só dos alunos) no processo educativo, sem posicionar-se como agente de transformação da realidade verificada e sem um projeto claro de que tem uma função fundamental na formação de sujeitos autônomos.

O professor, fundamentado numa perspectiva Histórico-Crítica, conduz o processo de ensino-aprendizagem fazendo a mediação entre o conhecimento científico e conhecimento do aluno. Nesse processo, que é cumulativo, dinâmico, permanente e contínuo, o aluno participa ativamente das aulas, questionando, interpretando, argumentando. Sendo assim, o professor deve trabalhar com atividades dinâmicas e desafiadoras com significação social, valorizando o conhecimento do aluno, mas visando a apropriação do conhecimento historicamente acumulado.

Com a intenção de verificar se o seu trabalho está sendo satisfatório, (re) planejar suas aulas e saber se houve ou não apropriação dos conteúdos e, se não houve, por que isso ocorreu, o professor utilizar-se-á da avaliação com função diagnóstica, ou seja, não para excluir, disciplinar ou classificar os alunos, mas para redimensionar sua prática.

2.2 PAPEL DO PROFESSOR

Para que o professor possa identificar se está atingindo seus objetivos ou não, este deve rever constantemente sua prática através da avaliação com função diagnóstica, ou seja, de forma contínua, permanente e cumulativa. Nesse processo diagnóstico o professor faz uma sondagem sobre seus procedimentos anteriores, retomando o que foi assimilado ou não pelo aluno, utilizando-se de diferentes instrumentos de avaliação, com a finalidade de coletar dados necessários para redimensionar a sua prática.

Uma escola que pretende ser peça fundamental no processo de transformação de uma sociedade precisa estar pautada em princípios democráticos. Esta se refere à própria existência da escola pública, e ofertar vagas suficientes para atender a demanda dentro de uma comunidade, sendo este um direito do aluno, cabe à própria escola em parceria com a comunidade fazer com que seja respeitado.

Outra questão diz respeito à permanência do aluno, que é também uma responsabilidade da escola, que precisa saber respeitá-lo em suas especificidades. Entende-se que a escola é um local onde ocorrem diferentes práticas sociais, portanto um lugar de conflito. A tarefa do professor, na sala de aula, é respeitar e trabalhar com a diversidade. Ao trabalhar com a diferença, a escola estará comprometendo-se com o projeto de transformação da realidade e opondo-se ao controle, luta contra a reprodução de uma sociedade desigual e injusta. Uma escola que vá além do acesso e da permanência do aluno; que obtenha êxito em sua missão que é a instrumentalização da classe trabalhadora, no que diz respeito ao conhecimento historicamente produzido, que realmente contribua para a transformação da sociedade.

A escola pública que se coloca a favor da classe trabalhadora, deve garantir espaço de crescimento, discussão e decisão para todos os segmentos da comunidade escolar.

É necessário que o professor faça uma análise da realidade do seu aluno, pois ele irá trabalhar com o aluno real e não o aluno ideal.

De acordo com Vasconcellos:

precisamos saber quem é o aluno que procura nossa escola: o que pensa da escola, quais suas expectativas pessoais e profissionais, qual sua origem social, sua situação social atual, que valores cultiva, quais suas condições objetivas de existência, sua linguagem, acesso a meios de comunicação, participação em grupos culturais, etc.(2002, p. 107).

Esta análise deve continuar ao longo do processo de ensino–aprendizagem, pois assim não apenas detecta as questões, mais sim as utiliza para a realização de um processo educativo com maior qualidade.

Com a clareza dos objetivos do projeto de ensino aprendizagem, o professor pode e deve buscar conteúdos e metodologias melhores e mais adequadas para a sua realidade, que irão contribuir para uma melhoria social. Mas o que se observa é a alienação do professor em relação àquilo que faz, de tal forma que, muitas vezes, não domina nem mesmo o sentido do que ensina. Os objetivos nem sempre estão claros somente porque constam no registro ou nos planos.

O compromisso com a democratização efetiva da escola acaba trazendo para o professor o desafio de realizar um trabalho que esteja pautado em conteúdos significativos e metodologia participativa. Reforçando assim a importância da análise da realidade.

O professor comprometido com a democratização reconhece a importância do planejamento, utiliza melhor seu tempo em sala de aula, seu processo de avaliação é contínuo. Como aponta Vasconcellos “O projeto do professor, como educador democrático, deve ser transitivo, no sentido de não se fechar sobre si (procurar provocar a atitude de projeto no outro), e inclusivo, no sentido de ter um projeto para o aluno (cada um e todos): acreditar nele, nas suas potencialidades, investir naquilo que o aluno ainda não domina.” (2002, p.127).

O professor deve ser provocador e estimulador do grupo, com o objetivo de mediar o processo cognitivo do sujeito para que este seja capaz da busca de conhecimento por si só (autonomia).

O professor deve ter consciência de que o seu trabalho refletirá na realidade do seu aluno, nas suas relações políticas, econômicas e sociais. Por isso não deve realizar práticas fora do contexto em que a escola e principalmente os alunos estão inseridos.

Outra questão que interfere diretamente no processo de aprendizagem e de desenvolvimento dos educandos se refere à prática pedagógica do professor em sala de aula, sejam estes com ou sem necessidades educacionais especiais. De acordo com Hoffmann (2001, p. 100) é necessário que os professores trabalhem com atividades diversificadas e diferenciadas. Entende-se, conforme a autora, que atividades diversificadas são novas possibilidades de reorganização dos conhecimentos pelos indivíduos e pelo grupo: várias linguagens, tempos, aprofundamento e recursos. Já as atividades diferenciadas, Hoffmann define como:

Significa planejar atividades de acordo com as necessidades e interesses de cada aluno de uma classe, através da observação permanente e continuada do professor. Significa fazer, ao longo do processo, encaminhamentos pedagógicos diferentes de acordo com os percursos individuais, sem deixar de dinamizar o grupo e de desenvolver o trabalho coletivo. (2001, p. 101).

Um dos fatores que propiciam uma boa aprendizagem é o compromisso que o professor, enquanto mediador tem que assumir no processo de ensino. Entendendo que todos os educandos são capazes de aprender, organizando um planejamento coerente, atendendo as

necessidades de todos e principalmente respeitando, e interferindo, nos diferentes ritmos e tempos de aprendizagem. Desta forma, os conteúdos trabalhados e a metodologia utilizada pelo professor devem estimular a criatividade dos educandos, instrumentalizando-os para a formação de conceitos, assim contribuindo para a formação do sujeito crítico.

Conforme Hoffmann:

(...) embora muitas situações de atendimento diferenciado aos alunos ocorram espontaneamente em sala de aula, elas precisam adquirir o status de uma ação refletida e intencionalmente planejada pelo professor (...). O professor precisa ter mais tempo para observar o aluno em ação, para registrar, refletir, decidir-se por estratégias didáticas coerentes, planejar novas e diferentes atividades articuladas às anteriores que contemplem estudos e atividades complementares que venham a contribuir para o avanço de diferentes alunos em diferentes direções. (2001, p.103).

Entretanto, todos os encaminhamentos pedagógicos devem ser propostos com o intuito de promover a aprendizagem considerando as diferenças e necessidades individuais dos educandos.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DA AVALIAÇÃO

A democratização do ensino não se restringe a garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, mas principalmente, o ensino de qualidade, que promova, através da instrumentalização científica, a formação de sujeitos críticos, conscientes, capazes de interpretar, compreender e interferir na realidade.

A formação continuada em serviço, junto às condições de trabalho e a remuneração constituem a valorização dos profissionais, que é um dos princípios da gestão democrática da escola. Também é um direito garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96 – Art. 67, II).

De acordo com Veiga

(...) a formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que ela não só possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos. (1995, p.20)

Esta formação deve promover o fortalecimento dos profissionais nas dimensões teórico-práticas, possibilitando-lhes uma reflexão crítica constante sobre suas atuações, os problemas enfrentados e a instrumentalização naqueles conhecimentos imprescindíveis ao redimensionamento das suas práticas.

Essa mesma autora nos diz que o programa de formação continuada “... não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade. Daí passarem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como a cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa, entre outras” (VEIGA, 1995, p.20).

Nesta perspectiva de ensino é necessário rever a avaliação da aprendizagem escolar, devendo esta ser um meio e não um fim em si mesmo. Esta não se dá nem se dará num meio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico do mundo e da educação, traduzindo-se em prática pedagógica. Deve estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social, oferecer ao educando, meios pelos quais possa ser sujeito do processo educativo e não objeto de ajustamento, e estar atenta à superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, que só acontecerá se for conquistada a autonomia e a reciprocidade de relações. Se a escola não auxiliar nesta abertura, estará sendo conivente com a domesticação e a opressão, características de uma sociedade conservadora.

A avaliação não poderá ser uma ação mecânica, mas uma ação racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político, decisório, a favor da competência de todos para a participação democrática na vida social. É um processo educativo em que as ações devem ser encadeadas numa relação de causalidade, finalidade, consequência e não mera justaposição de ações isoladas e descontextualizadas.

A aprendizagem ocorre segundo Gasparin (2003, p. 108) “... através de procedimentos adequados, cuja finalidade é a construção e reconstrução do conhecimento sistematizado...”. O professor é o mediador deste processo, devendo também realizar sua auto-avaliação neste processo.

Há que se ter clareza de que qualquer modelo de avaliação adotado exige um conjunto de decisões e práticas do professor, as quais estão configuradas em uma matriz epistemológica, ou seja, por uma determinada concepção da relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, de uma concepção de homem e de sociedade.

A avaliação está diretamente relacionada a uma concepção, sendo assim a análise dos pressupostos das diferentes formas de avaliar são importantes para a estruturação de um currículo voltado para a qualidade de ensino a real democratização do saber.

2.4 O PAPEL DO PEDAGOGO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

Na rede municipal de ensino de Piraquara os pedagogos das escolas recebem o nome de coordenador pedagógico, estes atuam com questões relacionadas ao currículo, construção do conhecimento, processo de ensino-aprendizagem, relações interpessoais, ética, disciplina, avaliação da aprendizagem, relacionamento com toda a comunidade escolar, formas de utilização de recursos didáticos, entre outras. O pedagogo é responsável pela organização do trabalho pedagógico no interior das escolas, para desenvolver suas funções precisa estar envolvido com todas as instâncias da comunidade escolar.

Historicamente sua função vem sendo discutida, pois sua atuação não é ser fiscal de professor, nem ajudante da direção, da secretaria, ou ainda de assistente social. Este profissional é um educador, principal articulador do Projeto Político-Pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando e participando das reflexões para a concretização da função da escola, isto é, fazer com que todos os alunos aprendam.

Cabe ao pedagogo (coordenador pedagógico) a sistematização e integração do trabalho conjunto. Sua função pode ser compreendida como um *processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional* (Alarcão, 2001, p. 13).

Segundo Vasconcellos, em relação ao foco de trabalho do coordenador pedagógico, a sua atenção é para o trabalho de formação, que “é tanto individual quanto coletivo: deve contribuir com o aperfeiçoamento profissional de cada um dos professores e, ao mesmo tempo, ajudá-los a constituir-se enquanto grupo...” (2002, p.88). Seu papel também passa pela questão da mediação, pois se relaciona com o professor visando sua relação (diferenciada) com os alunos. Uma vez acolhedor na relação com os professores, o coordenador deve ser também questionador, provocador, etc., disponibilizando ao grupo subsídios que permitam o seu crescimento, tendo um papel importante na formação dos educadores.

Pode-se dizer que a coordenadora pedagógica das instituições escolares é a articuladora do Projeto Político-Pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender. É importante lembrar que, antes de mais nada, a coordenação é exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumaniza a escola: a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente (repetência ou aprovação sem apropriação do saber), a discriminação social na e através da escola, etc.

A coordenação deve colaborar ainda com a definição e explicitação do Projeto Político-Pedagógico da escola – o que não deve ser entendido como longas páginas de declaração de intenções, mas sim alguns pontos considerados fundamentais e assumidos pelo conjunto de educadores.

Quando analisamos a função social da escola (a educação através do ensino), nos damos conta de que a atuação da coordenação pedagógica se dá no campo da mediação, pois quem está vinculado à tarefa de ensino é o professor. O coordenador relaciona-se com o professor visando sua relação com os alunos. Segundo Vasconcellos (2003), neste contexto “é preciso atentar para a necessária articulação entre a pedagogia de sala de aula e a pedagogia institucional, uma vez que, no fundo, o que está em questão é a mesma tarefa: a formação humana (...)”. Faz-se necessário então que o coordenador assuma também o papel de mediador frente à figura do professor, estabelecendo uma dinâmica de interação através de algumas práticas, como por exemplo, ajudar os professores a adquirir maior competência didática e melhor compreender os problemas e necessidades dos jovens educandos e atender na medida do possível tais necessidades. A sua função se constitui em esforços e ações para a

melhoria no processo ensino-aprendizagem e desenvolver o papel de mediador no processo de ensino.

O trabalho do pedagogo, conforme as diretrizes emanadas pela SMED de Piraquara sugerem que no regimento interno das instituições escolares contemple dentre as funções do pedagogo: Auxiliar pedagogicamente os professores durante as hora-atividade; Atender e convocar a comunidade no que compete a questões de ordem pedagógica; Fazer encaminhamentos necessários à órgãos e entidades competentes: FICA, Rede de Proteção, CMAIE, SMED, Unidades de Saúde; Organizar a estrutura dos sábados letivos, coordenar as reuniões de integração; participar e fazer cumprir na escola as atribuições dos professores ajudar na organização do projeto da semana pedagógica na escola e assegurar o encaminhamento das atividades e do processo pedagógico dentro da escola.

Quanto às suas funções/atribuições do papel das coordenadoras pedagógicas, por trabalhar na mesma rede de ensino, não há diferenciações, porém quanto a sua aplicação, acaba sendo de acordo com cada realidade, levando em consideração o perfil das docentes, alunos, comunidade.

O coordenador pedagógico, ao mesmo tempo em que acolhe e engendra, deve ser questionador, desequilibrador, provocador, animando e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo: tem, portanto, um papel importante na formação dos educadores, ajudando a elevar o nível de consciência. Consciência esta que deve estar voltada para o coletivo e para a construção do seu próprio conhecimento. A sua formação deve superar a fragmentação entre teoria e prática, permitindo o aparecimento de contradições entre o que propõe o fundamento e sua prática cotidiana. Pois uma de suas principais funções é a de oferecer orientação e assistência aos professores nas dificuldades que enfrentam no seu cotidiano escolar, para que consiga transformar a realidade através da aprendizagem, e com a sua prática, formar cidadãos críticos.

3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA/PR

O município de Piraquara/Pr compreende hoje uma população de 72.000 habitantes. Tomando-se por base as estimativas da OMS – Organização Mundial da Saúde, que afirma que o contingente de pessoas que possuem algum tipo de deficiência se situa próximo a 10%, por sua vez este município teria próximo a 7.200 pessoas com deficiência. Nesta estimativa se incluem crianças, adolescentes e adultos. Atualmente o município possui uma rede de 20 escolas de ensino fundamental, 18 na zona urbana e 02 na zona rural, e 15 Centros Municipais de Educação Infantil, envolvendo cerca de 10.000 alunos, onde se encontram incluídos 52 alunos (alunos oriundos de escolas e classes especiais, ou que possuem alguma deficiência ou síndrome comprovada), estes são os alunos que se entende que o pedagogo do CMAIE deve dar maior instrumentalização as coordenadoras pedagógicas das escolas para que tenham sucesso escolar.

Dentre os programas da educação especial (conforme anexo 1), há 06 classes especiais da área intelectual, 09 sala de recursos da área intelectual, um CAEDA (Centro atendimento especializado em deficiência auditiva) um CAEDV (Centro atendimento especializado em deficiência visual), um CMAIE, não existindo nenhuma escola pública municipal, porém o município conta com uma ONG a APAE (Associação de pais e amigos dos excepcionais), que atende uma pequena porcentagem dos alunos da área intelectual que necessitam de escola especial, ao todo são 91 alunos. Esta escola tem um convênio com a Prefeitura Municipal de Piraquara, no que se refere a merenda escolar e a contratação de alguns funcionários.

As diretrizes municipais para a educação especial no município de Piraquara segue a Concepção Psicológica, denominada Sócio-Histórica ou Histórico-Cultural, que tem Vigotski, Luria e Leontiev como principais representantes, em muito contribui quando afirma que a aprendizagem é um processo permanente, contínuo e cumulativo de apropriação dos elementos/ bens culturais e que cada novo aprendizado promove a construção e/ou aprimoramento das funções psicológicas superiores. Portanto, estas estão sempre em processo de desenvolvimento, e é a interação com e no meio social, bem como a mediação que promove e determina o aprendizado e conseqüentemente o desenvolvimento. Como explica Oliveira, “a implicação dessa concepção de Vygotsky para o ensino escolar é imediata. Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas” (1997, p.61).

Nesta perspectiva de trabalho exige-se da escola: adaptações curriculares e arquitetônicas, formação da comunidade escolar, mas especialmente dos professores.

As adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de trabalhar às diversidades dos alunos e tem como objetivo subsidiar a ação dos professores. São modificações que precisam ser feitas nos objetivos, conteúdos, critérios e instrumentos de avaliação e desenvolvimento metodológico para atender as diferenças individuais dos alunos.

Essas adaptações visam promover o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais, tendo como referência a (re) elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar.

A inclusão exige transformações profundas onde a sociedade se adapta para atender todas as pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos. Defende o direito de todas as pessoas, com e sem deficiência.

Esta visa uma nova postura da escola comum, que propõe ações que favoreçam a interação social no seu projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação, de educandos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, sendo-lhes garantido no decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, artigo 24, § 1º-entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Nas diretrizes municipais do município de Piraquara, considera alunos incluídos da Educação Especial àqueles oriundos de escolas e classes especiais, ou ainda aqueles que possuem uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) e/ou física.

Os educandos que possuem deficiência sensorial ou física necessitam ter suas particularidades respeitadas, precisando muitas vezes de adaptações no espaço físico e até mesmo nos recursos utilizados (cadernos, material visual, lápis, entre outros), para que ocorra a aprendizagem.

Educandos com necessidades educacionais especiais devem ser tratados como os demais, desde questões simples como regras e limites até os encaminhamentos metodológicos e aprofundamento dos conteúdos trabalhados.

Os educandos incluídos receberão o **mesmo ensino** que os demais e cabe à educação especial o encaminhamento para atendimentos especiais complementares, quando necessário, tais como: psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, etc.

É importante ressaltar que a inclusão esta garantida desde a Lei 4024/61, que determina que a educação dos excepcionais (termo utilizado pela Lei, hoje em desuso) deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade, sendo reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a qual assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais a educação escolar preferencialmente na rede regular de ensino.

Cabe a escola realizar a contextualização, problematização e reelaboração dos conteúdos trabalhados. É necessário que o professor tenha compromisso profissional e que acredite na sua capacidade de ensinar e na do aluno aprender. A avaliação precisa ser diagnóstica, contínua e permanente, onde tem que considerar todos os avanços dos alunos, respeitando suas limitações.

3.1 PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é uma das modalidades da educação escolar, que se constitui num processo educacional, baseado em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, complementar e substituir (em alguns casos) os serviços educacionais comuns. A seguir detalham-se os programas ofertados nesta modalidade de ensino no município de Piraquara, conceitos estes retirados da Proposta Curricular do Ensino de nove anos, elaborada coletivamente em 2007/2008, que será publicada neste ano letivo.

3.1.1 INCLUSÃO

De acordo com a resolução CNE/CBE N°02/01, ficam determinadas as seguintes diretrizes:

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos, mas na aprendizagem dos conhecimentos científicos, sendo esses fundamentais para formação humana autônoma e crítica. Diante disso cabe a escola rever sua concepção em relação a esses alunos, de maneira que venha a respeitá-los, valorizá-los e garantir a aprendizagem.

A escola deve conhecer e trabalhar com as diversidades biológicas (físicas, intelectuais, lingüísticas, etc.) dos alunos, compreendendo que todos são capazes de aprender, com diferentes ritmos, através de atividades diferenciadas e mediações do professor e dos colegas mais experientes.

Para cumprir sua função – socializar o conhecimento científico - cabe a escola buscar fundamentação em pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos coerentes, em parceria com os órgãos competentes.

3.1.2 SALA DE RECURSOS

É um atendimento especializado para crianças e adolescentes cujo desenvolvimento educacional requer atendimento complementar diferenciado, de forma a subsidiar com metodologias e recursos diferenciados e diversificados as defasagens presentes nos educandos no que se refere às áreas do desenvolvimento.

Essa intervenção pedagógica específica dá-se individualmente, ou em pequenos grupos com cronograma de atendimento pré-estabelecido, em horário contrário à matrícula do educando no ensino comum. O atendimento poderá estender-se a crianças de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento, é de suma importância à interação entre o professor de ensino comum e o professor da sala de recursos.

Este atendimento tem caráter transitório, isto é, assim que sejam superadas as dificuldades nas respectivas áreas o educando poderá ser dispensado deste atendimento especializado.

As crianças ou adolescentes encaminhados à sala de recursos são aqueles que já freqüentaram escola ou classe especial e que agora estão incluídos em escola comum. Como também aquele educando que nunca freqüentou estes programas, mas possui alguma defasagem nas áreas do desenvolvimento comprovada através de avaliação pedagógica especializada e psicológica.

3.1.3 CLASSE ESPECIAL

A classe especial é um atendimento especializado que ocorre em escola de ensino fundamental (séries ou anos iniciais), que se destina a atender educandos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, diagnosticada em avaliação pedagógica especializada e psicológica.

As turmas possuem no máximo dez educandos, para que o professor possa realizar um trabalho individualizado conforme as dificuldades apresentadas pelos mesmos. O professor, especializado em educação especial, utiliza metodologias e recursos pedagógicos diferenciados e diversificados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos (Mobiliário adaptado, lupas, Braille, Bengala, Reglete, Sorobã, Punção, Máquinas

perkins, DOS_VOX, entre outros), conforme a necessidade educacional especial, para que o educando tenha acesso ao currículo da base nacional comum.

É importante ressaltar que este atendimento tem caráter transitório. A equipe pedagógica da escola, da Secretaria Municipal de Educação e a família decidem conjuntamente, com base em avaliação diagnóstica, quanto ao retorno do educando à classe comum.

Seu objetivo é a melhor adequação possível do ensino as necessidades e ao ritmo de aprendizagem do educando, ao seu desenvolvimento e as suas potencialidades.

3.1.4 ESCOLA ESPECIAL

Este atendimento é recomendado a aqueles educandos que apresentam um grande comprometimento neurológico, como também a aqueles que apresentam deficiências neurosensoriais (surdez e visão) e transtornos de comportamento. Em algumas situações o educando apenas freqüentará este programa por um período que pode variar de acordo com as mediações e estimulações realizadas, e em outras permanecerá por toda vida dependendo de atendimentos especializados.

O encaminhamento para este programa normalmente ocorre por setores especializados em avaliação, onde equipes interdisciplinares compostas por psicólogo, pedagoga, fonoaudióloga e médicos realizam a avaliação e após análise de todos os dados decidem pelos encaminhamentos.

3.1.5 CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZADO- CMAIE

Através do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Educação de acompanhamento dos trabalhos no interior das escolas municipais, tendo em vista a dificuldade dos professores em olhar o aluno com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, como um sujeito de relações e que para superar suas dificuldades necessita de um trabalho diferenciado, além do trabalho pedagógico realizado nas instituições de ensino, o

município de Piraquara percebeu a necessidade de abrir um espaço para ofertar atendimento especializado a estes alunos.

No ano de 2004 após muitas discussões na equipe interna da Secretaria Municipal de Educação foi implantado através do Setor de Educação Especial o Centro Municipal de Atendimento Interdisciplinar Especializado Alex Figueiredo- CMAIE.

O centro surgiu com o objetivo de avaliar os educandos das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede pública de ensino que apresentam dificuldades acentuadas na aprendizagem e pessoas com necessidades educacionais especiais (física, auditiva, visual e intelectual) que estão fora do sistema escolar, proporcionando atendimento interdisciplinar especializado quando necessário.

O CMAIE tem por função, orientar os pais quanto à necessidade dos atendimentos especializados e o seu papel neste processo, estabelecer contato com as escolas municipais e centros municipais de educação infantil, para que seja agilizado o processo avaliativo informando-os quanto ao andamento das avaliações e dos atendimentos; inserir os casos avaliados em programas de atendimentos interdisciplinares, bem como, encaminhar aos serviços adequados o educando cujas necessidades específicas ultrapassem as propostas do centro; ofertar atendimento psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico e de terapia ocupacional aos educandos que necessitem; disponibilizar um profissional do serviço social para acompanhar as famílias indicadas pelos especialistas, a fim de orientá-las quanto aos seus direitos e deveres na sociedade; ofertar avaliação e atendimento de psicopedagogia aos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, que estão excluídos ou não do sistema escolar.

Neste contexto, o CMAIE deve atuar como um espaço de atendimentos complementares ao trabalho da escola, e desta forma cumprir a função social que lhe é inerente.

4 O PAPEL DO PEDAGOGO NO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR ESPECIALIZADO (CMAIE)

Desde a implantação do CMAIE, discute-se a importância de um pedagogo desenvolver um trabalho externo ao centro, para orientar “corpo a corpo” o trabalho a ser desenvolvido nas escolas com os alunos incluídos ou com alguma dificuldade de aprendizagem, pois o CMAIE recebe muitas queixas das coordenadoras pedagógicas e professoras que alegam não ter formação necessária para trabalhar com estes alunos. Sobre a função do pedagogo que desenvolve o trabalho em um Centro de atendimento especializado, Bassedas afirma:

Podemos resumir que a finalidade básica do nosso trabalho consiste em ajudar a promover mudanças, tanto quando intervimos diante de problemas que a escola nos coloca (individuais, de grupo ou metodológicos), como também quando colaboramos para melhorar as condições, os recursos e o ensino, realizando a tarefa preventiva que leve a diminuição dos problemas que enfrentamos na escola. (1996, p.40)

A função de pedagogo do centro acabou perpassando por várias organizações de trabalho para se tentar garantir que o trabalho seja desenvolvido de forma eficaz, no ano de 2007, a função do pedagogo no CMAIE foi implantada com o objetivo de articular os encaminhamentos de alunos que apresentavam deficiência, ou alguma dificuldade de aprendizagem para realizar avaliação e posteriormente atendimento no CMAIE, além de auxiliar a escola quanto a funcionalidade dos programas de classe especial e sala de recursos, instrumentalizar as coordenadoras pedagógicas das escolas com materiais e subsídios para que as mesmas pudessem orientar os professores dos programas (classe especial e sala de recursos) como também, os professores dos alunos incluídos.

Porém este trabalho acabou não superando as expectativas dos envolvidos, justificando-se pelo aumento da demanda do trabalho e apenas uma pessoa responsável por todo esse processo. Foram promovidos alguns encontros com as professoras dos programas, onde eram elaborados planos de trabalho docente a serem aplicados com os alunos, nestes momentos, percebia-se que tais orientações não chegavam até as professoras, pois sentiam muitas dificuldades quanto a sua organização e elaboração.

Outro fator decisivo para haver mudanças na função do pedagogo do CMAIE foi a enorme demanda de alunos para a avaliação no Centro, assim todos os educadores e pedagogos (independente de sua função) do Centro organizaram uma “triagem”, denominada Avaliação no Contexto Escolar, o qual tomou muito tempo, assim ficando de lado os alunos que realmente necessitavam de atendimento especializados, e os alunos incluídos.

Então no ano de 2008, a função de pedagogo no CMAIE foi reestruturada para atender prioritariamente as professoras dos programas da educação especial e dos alunos incluídos. Foi organizado um cronograma de encontros quinzenais, onde a pedagoga organizava grupos com professores em diferentes escolas para que juntas na hora-atividade fossem organizados e elaborados os planos de trabalho, cada hora atividade era realizada em uma das escolas, sempre que necessário a professora locomovia-se para a escola agendada, e quando a hora atividade acontecia na escola era obrigatória a presença da coordenadora pedagógica, o que não aconteceu.

A hora atividade era destinada exclusivamente à elaboração de plano de trabalho docente a serem aplicados com os alunos das salas de recursos e classes especiais. Essa mudança também não trouxe bons resultados, pois as coordenadoras pedagógicas eximiram-se da função de orientar as professoras dos programas, cabendo a esta função somente o elemento externo que não estava no dia-a-dia da escola, a pedagoga do CMAIE.

Neste ano letivo também, houve desinteresse de algumas coordenadoras pedagógicas das escolas em relação à formação continuada oferecida pela Educação Especial, comprovando-se através de suas ausências nas formações oferecidas para a rede.

Em relação aos alunos incluídos nas escolas do ensino fundamental, estes ficavam excluídos em suas salas de aula, e não havia a busca de orientação de como trabalhar com eles, pois os mesmos já recebiam algum tipo de atendimento no próprio CMAIE, e tinham uma avaliação onde “era diagnosticado” que a culpa do seu insucesso escolar não era do professor, nem da instituição escolar, ou seja, era uma causa biológica, onde o único culpado e responsável era o próprio aluno.

Assim, o que incomodava as coordenadoras pedagógicas das escolas eram os alunos novos, sem nenhum diagnóstico (avaliação), que estavam na escola aumentando os índices de reprovações. Então, aumentou a demanda de alunos para o CMAIE, necessitando da mediação do pedagogo do centro nas escolas para que não fossem encaminhados alunos sem necessidade. Porém, diante do número excessivo de encaminhamentos, houve novamente a

“triagem” (avaliação no contexto escolar), envolvendo a pedagoga do CMAIE e as psicopedagogas do centro.

Foi então necessário estudar as adequações e mudanças necessárias que precisavam ocorrer nesta função para o próximo ano letivo, o que vem descrito a seguir.

4.1 O CAMPO DE PESQUISA: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor compreender como ocorreu esta articulação pedagogo/CMAIE/Escolas no ano de 2008, foi aplicada uma entrevista aberta (conforme anexo 2), para as 13 especialistas que compunham o quadro do CMAIE, para 14 professoras dos programas da Educação Especial do Município e para 12 Coordenadoras pedagógicas das escolas municipais que há pelo menos um programa da educação especial, para que respondessem, dando um maior subsídio para a realização desta pesquisa. Ao todo foram distribuídas 39 entrevistas, entretanto retornaram 34.

A seguir passaremos a analisar os gráficos com as respostas obtidas, lembrando que foram consideradas apenas as respostas que apareceram em maior número e com maior relevância.

A primeira pergunta às especialistas do Cmaie refere-se às dificuldades encontradas na relação com as escolas. Entre as respostas da pesquisa, percebe-se que as dificuldades encontradas são comuns entre si. Há uma falta de comunicação, dificuldades em compreender as orientações, tanto das especialistas como da pedagoga do CMAIE que media esta orientação, os professores não compreendem quais os alunos que realmente apresentam uma dificuldade de aprendizagem, confundindo defasagem de conteúdo com dificuldade de aprendizagem, não conhecem a realidade da criança, seu histórico escolar, enfim não leva em consideração a cultura desta criança que apresenta ou não dificuldade de aprendizagem.

Em relação a segunda pergunta, sobre a função da pedagoga no CMAIE e a importância do seu trabalho, percebe-se que há unicidade de concepção e integração no grupo de especialistas, já que as respostas obtidas fazem parte da função que esta desenvolve, dentre as respostas todas responderam sim, que conhecem e sabem do trabalho que envolve: acompanhar os alunos incluídos nas escolas/Cmeis, orientar o trabalho das professoras dos programas da educação especial, mediar a relação entre as especialistas do CMAIE e as professoras das escolas, verificar a entrada e a assiduidade dos alunos encaminhados para os programas, acompanhar os alunos que realmente necessitam realizar uma avaliação no Cmaie,

articular as informações entre escola/Cmaie e que esta pessoa faz parte do processo interdisciplinar que caracteriza o centro.

O primeiro gráfico apresentado refere-se ao conhecimento dos três segmentos sobre a função do pedagogo no Cmaie:

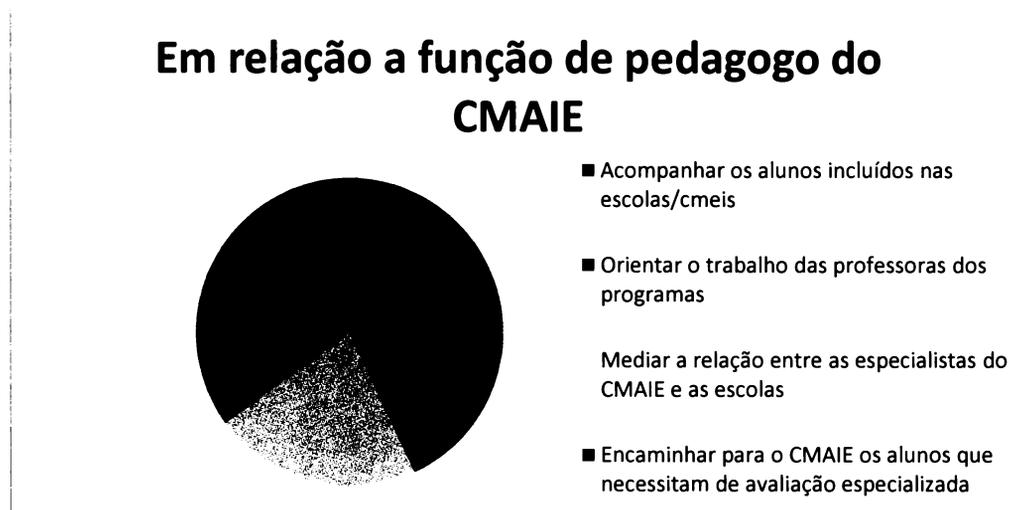


Tabela 1: Conhecimento sobre a função do pedagogo do CMAIE.

Percebe-se que a função não é bem entendida porque a essência deste trabalho é o acompanhamento dos alunos incluídos e mediar a relação entre especialistas do CMAIE e escolas, no entanto aparece em maior número orientar o trabalho das professoras dos programas (mas esta é função da própria coordenação pedagógica das escolas que alegam falta de tempo, e que os programas da educação especial na escola não são prioridade).

Em relação a encaminhar alunos novos para avaliação especializada, no entanto as listas de encaminhamento referem-se a quase 20% (segundo dados obtidos pela secretaria do centro no ano de 2008) da demanda de algumas escolas, e a grande dificuldade é de que não se esgota todas as possibilidades de aprendizagem do aluno na própria escola, para então realizar os encaminhamentos ao centro.

O segundo gráfico refere-se ao que se deve manter em relação a esta função:

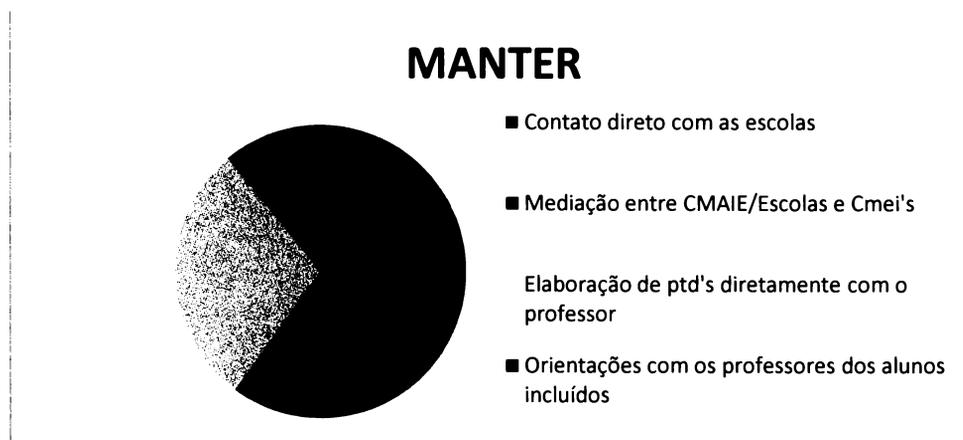


Tabela 2: O que é necessário manter na função de pedagogo do CMAIE.

É relevante no grupo o contato direto com as escolas, acham importante ter esta pessoa para realizar esta mediação, porém não há um entendimento da importância da função em estar orientando o professor do aluno incluído.

Há também uma confusão em relação a quem deve ser a pessoa que realiza acompanhamento direto com as professoras dos programas durante a elaboração de planos de trabalho docente (ptd's), pois a pedagoga do centro não realizará mais a elaboração de ptd's com as professoras dos programas quem deve ser instrumentalizada e realizar esta função é a coordenadora pedagógica da escola que acompanha o dia-a-dia desta profissional.

O terceiro gráfico refere-se aos encaminhamentos que se deve rever da função do pedagogo do CMAIE, para haver um melhor rendimento do trabalho:



Tabela 3: o que se deve rever para se efetivar o trabalho desenvolvido pelo pedagogo do CMAIE.

Segundo todos os segmentos entrevistados, deve-se rever a organização de todo o trabalho, pois todos já entendiam a necessidade de readequar a função para que pudesse haver um melhor direcionamento do trabalho, efetivando-se de forma eficaz.

Foi cobrado também, maior frequência da pedagoga do centro nas escolas, porém umas das dificuldades encontradas é em âmbito em nível de Secretaria Municipal de Educação, pois é necessário viabilizar mais uma pessoa, para que os 15 Centros de Educação Infantil – CMEI's, e as 22 escolas sejam atendidas com uma melhor qualidade, o que não acontece sendo uma só pessoa responsável por todo o processo.

Deve ser priorizada a orientação sistemática com os professores de alunos incluídos para garantir o sucesso escolar para estes que são excluídos no interior das escolas, garantindo-lhes o acesso a um ensino de melhor qualidade.

Em relação ao acompanhamento aos professores dos programas da educação especial, como descrito anteriormente, deve ser revisto, pois esta função caberá integralmente a coordenadora pedagógica das escolas, pois há reclamações por parte do grupo de professores que esta orientação não ocorre, e ainda as professoras são excluídas no grande grupo da escola.

O último gráfico refere-se ao que deverá ser iniciado, para que o trabalho da pedagoga no CMAIE tenha melhores resultados:



Tabela 4: o que deve iniciar para melhor desenvolvimento do trabalho do pedagogo no CMAIE, com qualidade e melhor aproveitamento.

Após análise geral dos dados percebe-se que as dificuldades estão em torno da falta da oferta de formação continuada para todos os professores e coordenadores pedagógicos da rede.

Os equívocos em relação a educação especial, em geral acontecem pela insegurança da

não formação inicial (ou até mesmo que a graduação não contemplou) específica na área da educação especial, e conseqüentemente falta de formação continuada para o grupo das escolas, e estas percebem a deficiência do sistema em estar ofertando formação continuada específica na área. O que é necessário e relevante iniciar neste ano letivo de 2009, em maior quantidade e abrangência (não só para professores dos programas da educação especial) para suprir a necessidade da rede municipal de ensino.

Em relação ao tópico, onde as entrevistadas solicitam maior agilidade em encaminhar novos alunos para realizar avaliações no CMAIE, ainda há equívocos que esta formação tem que dar conta em relação a diferença entre dificuldades de aprendizagem e defasagens de conteúdos. E esta demora ocorre justamente pela quantidade de alunos que são encaminhados sem necessidade para avaliação no centro.

Houve também a cobrança e o entendimento de que deve haver encontros com todos os professores dos programas e seus coordenadores, para haver trocas de experiências.

Como também a necessidade de se criar cronogramas bimestrais para ida dos especialistas às escolas para trocar informações e orientações a respeito do aluno atendido, contribuindo para o sucesso escolar deste, sendo esta uma das reivindicações das coordenadoras pedagógicas das escolas, e que é necessário que aconteça para atender as dificuldades específicas de cada aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pedagogo que desenvolve o trabalho no centro está inserido em diferentes sistemas, o próprio CMAIE, escolas, Centros Municipais de Educação Infantil, estando em contato direto com os professores, coordenadores pedagógicos, diretores, pais de alunos, porém seu campo de intervenção é a escola, o aluno incluído ou/ que apresenta alguma dificuldade de aprendizagem e realiza algum tipo de atendimento no CMAIE.

Esta orientação externa as escolas acabam por vezes confundindo a sua função eximindo de suas responsabilidades as coordenadoras pedagógicas das escolas. É indispensável estabelecer um contexto de colaboração entre pedagogo, coordenador pedagógico e professores, pois os objetivos são em comum em relação a criança atendida, resolver/discutir e atingir determinadas situações, precisando assim da sua informação e conhecimento, e quando alguém da escola solicita auxílio é preciso ter a consciência de responder de forma eficiente, ajudando e sanar possíveis dúvidas, já que esta pessoa, acaba sendo uma referência para as escolas.

Assim, o papel do pedagogo do CMAIE é mediar, junto à Coordenação pedagógica da escola o trabalho realizado com a docente no processo de transmissão do conhecimento. É necessário compreender que esse conhecimento não deve ser apenas transmitido, trata-se da apropriação por parte dos sujeitos, e o principal beneficiado deste processo deve ser o aluno, pois para muitos a escola é o único lugar onde ele terá acesso a cultura, então a importância de ser efetivada por uma ação pedagógica de qualidade pelos sujeitos envolvidos. Assim há a necessidade de compreender qual a condição da aprendizagem do indivíduo que se vai trabalhar no espaço escolar.

Com o entendimento de que o desenvolvimento humano ocorre a partir de sucessivas aprendizagens (estas ocorrendo principalmente no espaço escolar), os educadores são os principais responsáveis e únicos sujeitos capazes de perspectivarem programas individuais de aprendizagem para estes alunos, deverão propor objetivos, e traçar metodologias para que realmente essa se efetive, através de situações de estimulação, trabalhos em grupo, e, trabalho individualizado. Lembrando que a qualidade da aprendizagem dar-se-á conforme a qualidade das mediações.

De acordo com Oliveira:

Detaca-se nas postulações de Vygotsky a importância da atuação dos outros membros do grupo social na mediação entre a cultura e o indivíduo e na promoção dos processos interpsicológicos que serão posteriormente internalizados. A intervenção deliberada dos membros mais maduros da cultura no aprendizado das crianças é essencial ao seu processo de desenvolvimento. A intervenção pedagógica do professor tem, pois, um papel central na trajetória dos indivíduos que passam pela escola. (1997, p.105)

Este é o trabalho do pedagogo, articular todas as instâncias encontradas no espaço (tempo) escolar para que o processo de ensino-aprendizagem se efetive verdadeiramente. Procurando romper com as barreiras da exclusão, trazendo para discussão, a importância de se atender, com qualidade, todas as diversidades encontradas no espaço escolar, buscando o serviço interdisciplinar para atender as diferenças, proporcionando espaços para discussões coletivas.

Com o desenvolvimento desta pesquisa evidenciou-se a fragilidade do sistema da educação especial do referido município, pois o número de funcionários é insuficiente para atender a demanda existente. É necessário discutir com a equipe gestora da Secretaria Municipal de educação especial políticas públicas capazes de promover um ensino de qualidade para todos. Nesta pesquisa o foco do trabalho esteve atrelado à articulação do pedagogo do CMAIE com as instituições de ensino que recebem alunos especiais e não a definição de políticas públicas.

No entanto a realização desta pesquisa poderá contribuir para possíveis redefinições do trabalho a começar pela reformulação das funções e atribuições do pedagogo do CMAIE, que se efetivará neste ano letivo, sendo elas: acompanhar, junto à Coordenação Pedagógica das Escolas e Cmeis's, se o professor está planejando conforme as orientações emanadas pela SMED e se isto é coerente com sua prática, interferindo quando necessário; Identificar, junto à Coordenação Pedagógica das Escolas e Cmeis, as dificuldades e dúvidas dos professores com alunos incluídos e com dificuldades de aprendizagem a fim de traçar alternativas para saná-las; Propor assuntos a serem trabalhados no programa de formação continuada; Acompanhar e orientar os trabalhos pedagógicos da escola, interferindo quando necessário, em função do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular; Subsidiar a Coordenação Pedagógica das Escolas e Cmeis através de materiais teóricos e metodológicos; Verificar e garantir que todos os profissionais das instituições recebam as informações e orientações emanadas pela SMED no programa de formação continuada e em reuniões; Participar dos

cursos, oficinas, palestras, reuniões e encontros promovidos pela SMED; Orientar e acompanhar a elaboração dos relatórios de avaliação dos alunos atendidos em programas da educação especial; Repassar às coordenadoras pedagógicas das áreas do conhecimento as dúvidas e dificuldades das instituições, solicitando auxílio e interferência; Elaborar e cumprir o cronograma de atendimento às Escolas; Discutir com as coordenadoras da Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil e Ensino Fundamental questões relacionadas à organização do trabalho pedagógico nas instituições de ensino; Acompanhar através da análise dos PTDs, cadernos dos alunos e observação em sala de aula, o processo de ensino-aprendizagem dos alunos incluídos e com dificuldades de aprendizagem; e enfim mediar os atendimentos especializados entre as instituições de ensino e o CMAIE.

6 REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Do olhar Supervisivo ao Olhar sobre a Supervisão. In: Rangel, Mary (org.). *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BASSEDAS, Eulália. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. 3ªed . – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FRANCO, Luiz Antonio C. A disciplina na escola. In: **Revista ANDE**, ano 6, nº11, 1986, p 62-67.

GASPARIN, L. João. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. São Paulo: Associados, 2003.

HOFFMANN, J. A investigação de condições prévias; Como mediar o desejo e a necessidade de aprender? **MEDIANDO A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA: As estratégias de aprendizagem: Atividades diversificadas ou diferenciadas? MEDIANDO A EXPRESSÃO DO CONHECIMENTO: Tarefas gradativas e articuladas**. In: HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001. P.87 – 110.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola-teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

OLIVEIRA, Marta K. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento - Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PINTO, Álvaro V. A formação do educador. In: **Sete Lições sobre educação de Adultos**. 11 ed, São Paulo, Cortez, 2000, p 107-119.

Prefeitura Municipal de Piraquara. Secretaria de Educação: Diretrizes curriculares municipais: ensino fundamental de nove anos/ Prefeitura Municipal de Piraquara, Secretaria de Educação, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2002. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, Dermeval. **Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. In: Para onde vai a escola? **Revista de Educação da AEC**. Brasília-DF, (107), abr/jun, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELOS, C. dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto educativo. São Paulo, Libertad, 1995, p. 27-35.

VEIGA, I. P. Perspectivas em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: **Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico**. Ilma P. A. Veiga (org.) São Paulo: Papirus, 1998, p. 9-32.

VEIGA, I. P. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Ilma P. A. Veiga (org.) São Paulo: Papirus, 1995, p. 11-35.

ANEXOS

ANEXO 1- Escolas com programas de Educação Especial/2008

Escola	Programa	Nº de alunos atendidos
Manoel Eufrásio	Sala de recursos: Área intelectual	30
Manoel Eufrásio	Classe especial: Área intelectual	09
Guilherme Ribeiro	Classe especial: Área intelectual	07
João Martins	Sala de recursos: Área intelectual	14
Olga Ribas Martins	Sala de recursos: Área intelectual	12
	Sala de recursos: Surdez	19
	Sala de recursos: Área visual	19
Herminio de Azevedo Costa	Sala de recursos: Área intelectual	15
	Classe especial: Área intelectual	11
Jomar Tesserolli	Sala de recursos: Área intelectual	24
Izaak Victor Pereira	Classe especial: Área intelectual	09
Izaak Victor Pereira	Sala de recursos: Área intelectual	16
Heinrichs de Souza	Sala de recursos: Área intelectual	60
	Classe especial: Área intelectual	15
Marilda Cordeiro Salgueiro	Sala de recursos: Área intelectual	21
Bernhard Julg	Sala de recursos: Área intelectual	14
Idília Alves de Farias	Classe especial: Área intelectual	16

Anexo 2- Roteiro de entrevista¹

◆Entrevista aberta com as especialistas que trabalham no (CMAIE) Centro Municipal de Atendimento Interdisciplinar Especializado – Alex Figueiredo.

NOME: _____

ESPECIALIDADE: _____

1. Quais as dificuldades encontradas na relação com as escolas onde estudam as crianças que você atende?
2. Você sabe qual a função da Coordenadora pedagógica no Cmaie? Qual a importância de seu trabalho?
3. Como esta função deveria ser desenvolvida para contribuir com o seu trabalho?
4. Aponte pontos positivos e negativos no trabalho desenvolvido na articulação com as escolas?(Manter/Rever/Iniciar)

◆Entrevista aberta com Coordenadoras Pedagógicas das Escolas Municipais de Piraquara.

NOME: _____

ESCOLA: _____

Na sua escola há alunos incluídos? _____ Quantos? ()

Qual a deficiência? () intelectual () surdez () visual () física

Há programas da Educação Especial? () Sala de recursos () Classe Especial

1. Qual é a queixa que o professor do aluno incluído traz para a coordenação em relação ao seu trabalho em sala de aula?
2. E os professores dos programas da Educação Especial (Sala de Recursos/Classes Especiais)?
3. Qual é a sua dificuldade em orientar estes profissionais?
4. Como fazer chegar aos especialistas do CMAIE e professores informações sobre os alunos que ambos atendem?
5. Você sabe qual a função da Coordenadora pedagógica no Cmaie? Qual a importância de seu trabalho?
6. Aponte pontos positivos e negativos no trabalho desenvolvido na articulação entre escola e CMAIE?(Manter/Rever/Iniciar)

◆Entrevista aberta com as professoras dos Programas da Educação Especial do Município

Professora: _____

Programa: () Sala de Recursos () Classe Especial

1. Qual é a dificuldade encontrada no desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula em relação ao processo de ensino/aprendizagem, elaboração de planos, especificidade das dificuldades dos alunos?
2. A Coordenadora Pedagógica da escola orienta o seu trabalho? Dê que forma?
3. Você sabe qual a função da Coordenadora pedagógica no Cmaie? Qual a importância de seu trabalho?
4. Como esta função deveria ser desenvolvida para melhor contribuir com o seu trabalho?(Manter/Rever/Iniciar)
5. Aponte pontos positivos e negativos no trabalho desenvolvido pela Coordenadora Pedagógica?

¹ Entrevista realizada por Tatiana do Rocio Moreira, aluna do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico da Universidade Federal do Paraná, os dados obtidos serão analisados em monografia.